Sobre valor, violência e o marxismo histórico

Sérgio Domingues

Junho de 2013

É possível negar a atualidade da teoria do valor-trabalho e permanecer marxista? Lincoln Secco e Luis Franco mostram que, talvez, esta seja uma condição para permanecer fiel à obra de Marx.

As teses assinadas por eles e reunidas sob o título "Valor e Violência" reúnem mais de 90 tópicos que giram principalmente em torno dos conceitos de "valor-trabalho" e Estado. Girar é a palavra correta, pois essa exploração teórica orbita as duas importantes categorias marxianas, passando por muitas outras questões de grande importância e complexidade. Daí porque o que segue escrito à frente não passará de meros comentários. Não apenas pelas limitações deste autor, mas pela necessidade de que "Valor e Violência" seja objeto de um debate amplo e, principalmente, coletivo.

Marx e Engels não gostavam de fazer previsões. Reivindicavam um caráter científico para seu socialismo não porque ele seria produto de leis imutáveis e fatais, mas por se apresentar como desdobramento das potencialidades presentes na realidade concreta. Eram as próprias condições e contradições criadas pelo capitalismo que colocavam a possibilidade objetiva de sua superação e não exortações morais por "um mundo melhor, mais justo etc", ainda que estas tenham peso fundamental na construção da força subjetiva sem a qual aquela objetividade está condenada a permanecer latente.

José Paulo Netto costuma afirmar que o objeto de estudo da obra de Marx foi a sociedade burguesa, não a revolução, o comunismo e tornar o proletariado sujeito da transformação social. Estes eram os seus objetivos de vida. Melhor, suas obsessões.

Um dos caminhos para estudar a sociedade burguesa era a crítica da economia política. Esta ciência que surgiu para explicar e justificar o modo de produção capitalista precisava ser negada dialeticamente. Seus pressupostos precisavam ser investigados e aceitos até um ponto em que pudessem ser negados e ultrapassados.

A teoria do valor-trabalho era uma das conquistas da economia política burguesa que sofreu esse processo dialético. Marx a aceitava como explicação da determinação do valor das mercadorias, mas não sob sua forma mistificada.

Os próprios conceitos racionais dos economistas burgueses não eram capazes de explicar como o trabalho objetivado poderia gerar mais valor no final do processo de produção do que aquele que havia entrado. Era uma contradição insuperável para um sistema baseado em parâmetros quantitativos e não em considerações qualitativas.

A reposta para esse mistério só podia ser a existência de uma mercadoria que cria valor enquanto é utilizada. Que transforma sua exploração quantitativa em resultado qualitativo. Esta mercadoria é a força de trabalho humana, geradora do excedente que fica escondido sob a forma salário: a mais-valia.

Tal descoberta era, ao mesmo tempo, uma justificação científica para a necessidade de derrubar um sistema baseado na exploração da grande maioria por uma minoria restrita. Principalmente, quando a forma social correspondente a ele era apresentada como o ápice da liberdade, igualdade e fraternidade humanas.

No entanto, a forma salário não escondia apenas a mais-valia, mas a dominação burguesa. O Estado não é o mantenedor isento do jogo neutro do mercado. É o garantidor de um processo de exploração não apenas degradante para a maior parte da espécie humana, mas gerador de uma acumulação sem limites que assume formas cada vez mais destrutivas.

Um século e meio depois do livro de Marx, o capitalismo é o próprio anjo da história de que falava Walter Benjamin. Arrastado de costas pelos ventos do progresso, ele olha para as catástrofes que deixou para trás.

Às inúmeras e intermináveis guerras vão se juntando às cada vez mais frequentes crises econômicas. E estas alargaram seu raio de destruição até alcançar dimensões ecológicas. E o Anjo permanece incapaz de se voltar para frente e descobrir o que o aguarda: uma planície onde finalmente tudo se acalmará ou o abismo mais profundo e escuro?

O texto de Secco e Franco parece nos apresentar uma tentativa de vislumbrar algo desse horizonte enigmático. Certa vez, Jean Paul Sartre disse: "Não é minha culpa se a realidade é marxista". Mas o que fazer quando a realidade começa a forçar esse liame? E se o mapa marxiano e as explorações dos navegadores que o seguiram começarem a perder nitidez exatamente nos territórios que deveria detalhar?

Sejamos mais concretos. A tese mais provocativa de "Valor e Violência" é a da destruição do valor-trabalho pelo próprio capitalismo, que dela tanto necessita para se reproduzir. É o que aparece, por exemplo, no parágrafo 74:

> [...] o desenvolvimento capitalista corrói os próprios alicerces em que se sustenta, a saber, a lei do valor-trabalho, de sorte que a reprodução do capital queda cada vez mais difícil e se mantém somente a expensas de expedientes fictícios e violentos patrocinados pelo país capitalista mais avançado.

Esta formulação aparece espalhada pelo texto, gerando efeitos teóricos diversos. A lei do valor-trabalho estaria se desvalorizando pelos efeitos que provoca sobre si mesmo. Como "o valor só tem referência longínqua na produção", diz o texto, "a propriedade de ativos financeiros se torna mais importante do que a de ativos reais".

Tal afirmação fará arrepiar os cabelos de muitas cabeças marxistas. Seria a negação da teoria marxista do valor? É a vitória dos defensores pós-modernos da natureza imaterial da atual reprodução capitalista? Não parece ser o caso. É, antes, uma maneira de levar às últimas consequências a apreensão das formas que toma o capitalismo cento e cinquenta anos depois da revelação de sua radiografia mais exata. Até porque se há um estado que o Capital jamais assumiu, a não ser de forma bastante ligeira, foi o estado sólido próprio à dimensão material.

A aparente solidez de seus produtos é tão maciça quanto o fetichismo que faz mesas e outros objetos dançarem nos filmes da Disney. E transforma desenhos animados em produtos altamente rentáveis.

Mas onde foi parar o trabalho produtivo, gerador de mais valor? Isso resta por ser mais bem explicado no texto. No entanto, é fato que reina uma grande confusão cercando esse conceito. Trabalho produtivo passa por ser material ou apenas aquele do setor de transformação da indústria? Talvez, fosse bom lembrar o próprio Marx e seu livro "Teorias sobre a mais-valia": "um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário".

De qualquer forma, o que "Valor e Violência" permite concluir é que superada a fase da circulação simples de mercadorias, a extração do excedente dos trabalhadores permanece, mas se perde na fluidez de um mercado cada vez mais abstrato. Em um trecho de "O Capital", Marx fala sobre as dificuldades para uma análise científica da concorrência. Afirma que ela "só é possível depois de se compreender a natureza interna do capital, do mesmo modo que o movimento aparente dos corpos celestes somente é compreensível para quem conhece seu movimento real, embora imperceptível aos sentidos".

É muito provável que na atual fase do capitalismo conhecer seu "movimento real" pareça-se mais com o princípio da incerteza descoberto por Werner Heisenberg na física quântica. Olhar para o objeto é também alterá-lo, de modo que nunca temos certeza sobre seu estado e localização. A produção capitalista adquiriu essa aparência incerta, mas suas crises produzem consequências tão inegáveis e palpáveis quanto os cogumelos criados pela explosão das bombas atômicas. Muitas vezes, com o mesmo poder letal.

A desatualização da teoria do valor-trabalho seria produto de sua atualização prática em grande e ampla escala por todo o planeta. É a concretização do trabalho abstrato como mediador universal que torna tão misteriosa quanto transparente a submissão de todas as esferas da vida social ao valor de troca.

Um dos exemplos mais flagrantes desse fenômeno é o que Secco e Franco destacam em vários pontos do texto: o fim do padrão-ouro de emissão monetária no início da década de 1970. Na verdade, mais uma etapa da libertação da criação do valor de amarras materiais, ainda que seu lastro passe a ser o nada etéreo "poderio militar dos Estados Unidos".

A este respeito, é interessante citar um artigo de José Luís Fiori sobre o desenvolvimento chinês. Publicado no jornal Valor em 29/05/2013, o texto afirma que "o ritmo e liderança da pesquisa e inovação de 'ponta', nos países que lideram a hierarquia internacional, não são determinados pelas forças de mercado. Nestes casos - e cada vez mais - as grandes inovações vieram de sua estratégia de defesa e de sua permanente 'preparação para a guerra'".

E é desse modo que completam a cena os expedientes "violentos patrocinados pelo país capitalista mais avançado" como âncoras que impedem a dispersão do valor por paragens desconhecidas e ameaçadoras aos interesses capitalistas. No parágrafo 59, os autores afirmam: "Estado é violência e violência é capital. Nunca existiu uma 'coisa' chamada Estado

exteriorizada em relação ao capital". Na verdade, todo Estado é violência. A diferença que marca o aparato político burguês é sua pretensão à condição de árbitro universal.

Onde quer que os meios de produção fujam ao controle dos produtores (sejam operários, operadores de telemarketing ou desenhistas de filmes animados) os meios de coerção e repressão também estão distantes do controle direto da classe dominante. Reunidos sob a guarda e coordenação do Estado, os meios violentos podem até mesmo se chocar com frações da classe dominante, mas, dificilmente, com o conjunto de seus interesses. Por isso mesmo, a ação e reação violentas do Estado aparecem como necessárias à manutenção de uma "paz social" cuja crônica jornalística diária torna morno e suave o Inferno de Dante.

A ênfase no caráter violento do Estado burguês soa estranha aos que sempre afirmamos o caráter essencialmente hegemônico da dominação capitalista. Sua capacidade de criação de consensos. Mas a utilização de tropas de choque, políticas racistas de segurança pública, bombardeios sistemáticos contra populações civis, aviões teleguiados, prisões sem julgamento, tortura legalizada, "danos colaterais" etc, não se viabilizaria sem uma grande dose de consenso. E este tem por base a organização bélico-militar bem mais do que admitimos. Não apenas na organização das fábricas, mas de escolas, hospitais e asilos (Foucault). São as usinas de pessoas em série de que falava Sartre. Nada disso antecede ou prescinde da violência. É parte dela.

A persistência da imagem de um Estado disputado pacificamente por forças em busca de projetos societários antagônicos muito provavelmente está ligada a experiências localizadas em poucos pontos do planeta por períodos historicamente curtos. Lembramos do "Welfare State" europeu e esquecemos do conflito apocalíptico que assolou a região pouco antes de seu auge.

O "Bem Estar Social" foi antecedido por uma respeitável e convincente amostra do Juízo Final. Para não falar das inúmeras ditaduras sangrentas, que nunca tiveram entre suas prioridades aparências democráticas. E estamos falando também daquelas que se apresentavam como socialistas, mas dobravam-se ao comando do Capital, que jamais libertou totalmente os povos do mundo de seu aperto mortal.

Há muitas consequências por serem tiradas das teses de Franco e Secco. Uma coisa é apontar os limites das leituras congeladas da grande obra de Marx. O que o texto alcança fazer de forma brilhante e rigorosa. Outra é passar às conclusões de caráter ideológico e político com o mesmo sucesso.

O papel do partido político, por exemplo, obviamente precisa ser redefinido. Mas com base no que ele foi de maneira fluida e viva em determinadas situações históricas ou nas reificações que sofreu num debate político-ideológico que muitas vezes perdeu-se nas alienações que seus participantes diziam combater?

É o caso do parágrafo 85, em que os autores comparam o partido leninista "a um exército sem divisões, a uma fábrica dirigida diretamente pelo capitão da indústria e a uma honesta Ordem Jesuíta". O problema é que tal organização não é aquela que fez a revolução. Trata-se daquela que começou a matá-la. Lênin, o maior dos "comandantes" dos bolcheviques, teve sua autoridade questionada muitas vezes antes de outubro de 17.

Custou-lhe muitos esforços convencer seus pretensos comandados a tomar o Palácio de Inverno. Depois da Revolução, acossado pela contrarrevolução e frustrado pelas revoluções derrotadas no "ocidente", foi que acabou por adotar a "fábrica dirigida diretamente pelo capitão da indústria".

Mas Franco e Secco estão sendo coerentes com suas ousadias teóricas. Salvo engano, o que estão dizendo é que, enquanto o valor-trabalho não for levado a ultrapassar seus limites, os revolucionários continuarão pressionados a ceder à lógica violenta da dominação burguesa. A derrota do capitalismo não será necessariamente a derrota do Capital e tomar o Estado não será o mesmo que destruir o poder. No máximo, podemos achar que o mantemos em cativeiro até descobrirmos sermos nós os que olhamos pelo lado de dentro das grades.

O texto de Secco e Franco faz incursões valiosas por essas questões, mas ainda limitadas por seu próprio escopo, ao mesmo tempo ambicioso e cioso quanto aos desafios que propõe. À guisa de conclusão, podemos citar os seguintes trechos:

> 91 - A teoria smith-ricardiana do valor-trabalho, cujas contradições foram desenvolvidas por Marx até onde lhe era dado conceber em sua época de incipiente desenvolvimento do capitalismo mundial, revela-se também uma categoria histórica própria de um determinado momento das forças produtivas, a qual, como tal, deve perecer.

Por isso:

> 92 – [...] A tarefa atual consiste, então, na revelação da nova teoria do valor vigente no capitalismo mundial. Marx iniciou o trabalho no inacabado volume terceiro de O Capital, onde imaginou o capital social total, a unidade de produção e circulação, o comércio mundial e o Estado..

Há muito que lamentar com a interrupção do trabalho teórico de Marx no volume terceiro de sua maior obra. No entanto, o texto de Secco e Franco sugere que pode haver uma incompletude de fundo em "O Capital". Algo que se deve menos à morte de seu autor e à incapacidade de seus seguidores do que ao caráter radicalmente histórico de sua mirada. A genialidade de Marx e Engels está em terem enxergado tão longe quando a realidade ainda apresentava horizontes tão acanhados.

"Valor e Violência" diz que o marxismo também se tornou mercadoria (parágrafo 78). E no mesmo trecho, afirma que "Marx havia unido sujeito e objeto. O marxismo os separou". Seria antimarxista esperar o contrário. Se o marxismo não se deixar contaminar pelo mundo para dele arrancar anticorpos continuará a olhar para a história como aqueles que confundem a realidade com as sombras por ela projetadas na parede. Aquele mapa marxista de que falamos antes deveria ser tornar gradualmente insuficiente. Tornar-se dispensável, pois já não se trataria de descobrir novos territórios, mas de criá-los.

A crise mundial pela qual passa o capitalismo desde 2008 mostrou todo o poder de explicação teórica que o marxismo ainda retém. Mas tudo indica estarmos chegando a um nível de complexidade em que respostas teóricas precisarão receber um novo e obrigatório choque de rupturas sociais. A história precisa ultrapassar dialeticamente a "realidade marxista" e seria bom que pudéssemos estar vivos para ver isso. O fim do valor de uso do marxismo significaria a derrocada do império violento do valor de troca.

Muito antes de escrever "O Capital" Marx (e Engels) já era revolucionário. Já defendia a organização do proletariado, seu papel transformador e a necessidade de destruir o capitalismo. Suas conquistas teóricas estavam a serviço dessa luta tão dura e terrena quanto elevada em seus objetivos. Por não perder tais objetivos de vista, é muito bem-vinda a corajosa e profana sacudida empreendida por "Valor e Violência" em conceitos e categorias tidos por sagrados. Afinal, tudo o que é sólido desmancha no ar, certo?